



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **CIÊNCIAS AGRÁRIAS I**

Coordenador de Área: Moacir Pasqual (UFLA)

Coordenador-Adjunto de Área: Dagoberto Martins (UNESP/BOT)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Silvio Aparecido Lopes (FUNDECITRUS)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A área Ciências Agrárias I tem experimentado franca expansão ao longo destes últimos anos, levando-se em consideração o número de cursos e programas, de alunos titulados e de artigos científicos publicados em periódicos com fator de impacto. A área está presente com cursos de pós-graduação em todos os Estados brasileiros e atualmente conta com 215 programas, dos quais 72 tem curso de mestrado acadêmico, 132 mestrado e doutorado e 11 são mestrados profissionais, cuja distribuição pode ser visualizada na Tabela 1. Fica evidente o desafio para a área de ampliar o número de cursos/programas nas regiões Norte e Centro-Oeste. A área apresenta elevada diversidade, sendo constituída por programas de fitotecnia, ciências agrárias, agricultura, produção vegetal, extensão rural, genética e melhoramento de plantas, recursos genéticos, fisiologia vegetal, botânica aplicada, biologia vegetal, estatística, agroquímica, biotecnologia, engenharia florestal, engenharia agrícola, entomologia, fitopatologia, defesa fitossanitária, microbiologia, agroecologia, meteorologia e solos. Na última avaliação trienal, os programas apresentavam a seguinte estratificação no que diz respeito a notas: nota 3 (20% dos programas), nota 4 (38%), nota 5 (34,2%), nota 6 (5,3%) e nota 7 (2,5%) e a avaliação dos últimos três triênios está apresentada na Figura 1. Houve sensível redução no número de programas com notas 5 e 6 na Avaliação Trienal 2007 em razão da área, naquele triênio, ter passado a exigir publicações em periódicos com fator de impacto para as notas 5, 6 e 7. Esta iniciativa, polêmica num primeiro momento causando redução de nota para muitos programas, teve papel indutor no sentido de incrementar a qualidade da produção intelectual, e a resposta da área se fez sentir logo na trienal seguinte, com significativo aumento de publicações em periódicos com fator de impacto, resultando em ampliação do número de programas nota 5, como também 6 e 7.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tabela 1. Programas de Pós-Graduação por Região

Região Geográfica	% PPGs Ciências Agrárias I	V. ABSOLUTOS Nº de PPGs
Sudeste	41,5%	90
Sul	19,5%	42
Nordeste	23,1%	50
Centro-Oeste	9,7%	20
Norte	6,2%	13
Total	100%	215

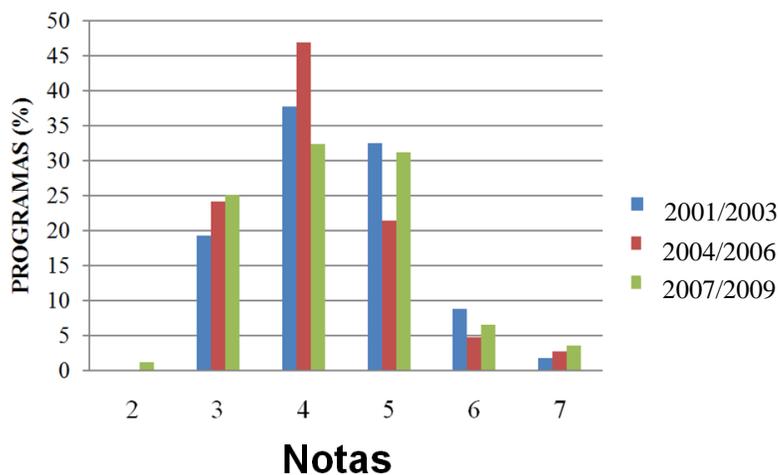


Figura 1. Programas de Pós-Graduação por notas nos últimos três triênios

A necessidade de formação de doutores ainda é grande tanto para o setor público como privado e em especial para subáreas como Extensão e Assistência Rural, visando

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

atender a enorme demanda do agronegócio brasileiro. A expansão da pós-graduação é necessária nas Ciências Agrárias I, mas devem ser observadas questões de cunho regionais e os novos programas não podem ser meras repetições dos existentes. Estes, além de atenderem necessidades regionais, devem contemplar temas de uma ciência de vanguarda como economia de baixo carbono, produção agrícola sustentável, energias alternativas, recursos hídricos, defesa agropecuária, economia de produção e ainda precisam abordar temas transversais da ciência, passando assim pela interdisciplinaridade.

INTERDISCIPLINALIDADE

A área de Ciências Agrárias I apresenta caráter multidisciplinar e interdisciplinar no que se refere às pesquisas científicas, formação de recursos humanos e novas tecnologias, pois envolve sempre uma junção de áreas correlatas para o desenvolvimento científico e tecnológico de novos processos. A área Ciências Agrárias I é constituída por programas de abrangência ampla e que apresentam interações e interfaces específicas com outras áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade na área de Ciências Agrárias I passa por uma análise de suas diversas subáreas: i) fitotecnia/agricultura/produção vegetal/sistemas de produção; ii) entomologia; iii) melhoramento de plantas/recursos genéticos vegetais/biotecnologia; iv) solos; v) fitopatologia/microbiologia de solo; vi) engenharia florestal; vii) irrigação/engenharia agrícola; viii) sociologia e extensão rural; ix) estatística e x) fisiologia vegetal, as quais possuem características de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, pois estão intimamente associadas. A interdisciplinaridade/multidisciplinaridade na área de Ciências Agrárias I encontra-se inserida desde a sua criação em quase todos os programas de pós-graduação e pode ser atestada pelas disciplinas oferecidas, linhas de pesquisa e currículos dos docentes permanentes.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Ações de integração dos Programas de Pós-Graduação com os demais níveis de ensino deverão contribuir significativamente para uma mais abrangente formação de recursos humanos qualificados e conseqüentemente para a Educação no País. Deve-se reconhecer que o sucesso da pós-graduação está intimamente ligado aos estágios anteriores do processo educacional, de onde poderão surgir alunos bem preparados para a pós-graduação e, nesse contexto, é cada dia maior a relevância do ensino básico. A área de Ciências Agrárias I busca incrementar a integração da Pós-Graduação com o ensino médio e fundamental,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

através de: atuação de discentes dos Programas de Pós-Graduação na co-orientação de estudantes de Iniciação Científica, o que serve como preparação para atividades de interação com estudantes do ensino médio e fundamental; desenvolvimento de projetos conjuntos que visam a popularização da ciência, por meio de estágios docência em Escolas Agrotécnicas e Colégios Agrícolas, mostra de profissões, feira de ciências, visita a laboratórios de Universidades, palestras e atividades que contribuam com o aprendizado e despertem o interesse dos alunos para temas pertinentes à área Ciências Agrárias I.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. Proposta do Curso

A proposta deve apresentar, de forma clara, os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo curso de pós graduação. As propostas deverão ser inovadoras, relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área. Quando oriundas de regiões carentes de programas de pós-graduação, deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do curso para o desenvolvimento regional. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do curso.

O regimento do curso de pós-graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo número de vagas, periodicidade e critérios de avaliação.

A proposta do curso deve ser coerente com o perfil do profissional a ser formado. As linhas e projetos de pesquisa devem ser atuais, apresentar coerência e consistência com as áreas de concentração. Ressalta-se ser necessário haver equilíbrio no número de linhas de pesquisa entre as áreas de concentração, bem como no número de projetos entre as linhas de pesquisa.

A estrutura curricular deve ser abrangente e possuir disciplinas com conteúdo e em número suficiente para atender às respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As disciplinas deverão estar de acordo com a especialidade dos docentes e perfil do profissional a ser formado e a bibliografia deve estar atualizada.

2. Corpo Docente

O corpo docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e às linhas de pesquisa do programa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O curso deverá apresentar no mínimo dez (10) docentes permanentes, número este considerado o mínimo necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades. Setenta por cento (70%) dos docentes devem ter vínculo em tempo integral com a instituição proponente, exceção feita às formas associativas. A participação do docente permanente em programas de pós-graduação deve atender à Portaria CAPES nº 01 de 04/01/2012.

Para a implantação de mestrado os docentes deverão ter experiência didática e/ou orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso). Deverá ser evidenciado que o corpo docente tenha atividades de pesquisa vinculadas aos projetos de pesquisa do curso.

Os critérios de credenciamento e recredenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva e devem constar do regimento ou de resolução do curso.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do programa e à(s) área(s) de concentração. Deve-se ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não atividade docente).

A proposta deverá demonstrar que o corpo docente apresenta capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa para garantir o funcionamento das atividades de pesquisa dos pós-graduandos.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual apresentada deverá guardar estreita relação com as linhas e os projetos de pesquisa do curso proposto dentro de cada área de concentração, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

científica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para o nota 3, conforme critérios de avaliação da área.

Critérios de avaliação da área: Considerando o triênio anterior ao ano da apresentação da proposta, todos os docentes permanentes deverão apresentar produção bibliográfica que será calculada em artigos equivalente A1/ano e, através de artigos publicados em periódicos 'Qualis' A1, A2 e B1 ou em periódicos com fator de impacto correspondente a estes estratos por DP/ano. Alternativamente a avaliação poderá ser realizada utilizando a média de publicações da área ou de subáreas. O equivalente A1 será calculado da seguinte forma: A1 tem peso 1,0; A2 0,85; B1 0,70; B2 0,55; B3 0,40; B4 0,25 e B5 0,10.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar infraestrutura administrativa, acadêmica, recursos de informática e laboratórios habilitados para o adequado funcionamento e desenvolvimento de atividades de formação e pesquisa.

Os docentes e alunos deverão ter acesso *'online'* a bases de indexação e periódicos, assim como a biblioteca da instituição deverá possuir, em seu acervo, os principais títulos da área.

6. Outras

Na Proposta de Curso Novo deve constar a aprovação da criação do curso em todas as instâncias, seguindo os trâmites legais da Instituição.

Deve ser destacado se os docentes permanentes apresentam participação em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.) e privados, bem como se estes apresentam participação como: editores de periódicos, consultores *ad hoc* de periódicos internacionais, organizadores ou debatedores de eventos internacionais e nacionais, representantes de sociedades científicas e representantes de entidades de classe.

DOUTORADO

1. Proposta do Curso

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo curso de pós-graduação. As propostas deverão ser inovadoras,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área. Quando oriundas de regiões carentes de programas de pós-graduação, deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do curso para o desenvolvimento regional. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa. Propostas em associação deverão apresentar todos os procedimentos e documentos que regulamentam as atividades do curso.

O regimento do curso de pós-graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo número de vagas, periodicidade e critérios de avaliação.

A proposta do curso deve ser coerente com o perfil do profissional a ser formado. As linhas e projetos de pesquisa devem ser atuais, apresentar coerência e consistência com as áreas de concentração. Ressalta-se ser necessário haver equilíbrio no número de linhas de pesquisa entre as áreas de concentração, bem como no número de projetos entre as linhas de pesquisa.

A estrutura curricular deve ser abrangente e possuir disciplinas com conteúdo e em número suficiente para atender às respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisas. As disciplinas deverão estar de acordo com a especialidade dos docentes e perfil do profissional a ser formado e a bibliografia deve estar atualizada.

2. Corpo Docente

O corpo docente deverá ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor, com produção intelectual pertinente à(s) área(s) de concentração e as linhas de pesquisa do programa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O curso deverá apresentar no mínimo dez (10) docentes permanentes, número este considerado o mínimo necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades. Setenta por cento (70%) dos docentes deve ter vínculo em tempo integral com a instituição proponente, exceção feita às formas associativas. A participação do docente permanente em programas de pós-graduação deve atender a Portaria CAPES nº 01 de 04/01/2012.

Para a implantação do doutorado os docentes deverão ter experiência de orientação na pós-graduação (mestrado). Todos os docentes deverão ter experiência didática e/ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

orientação na graduação (iniciação científica e/ou trabalho de conclusão de curso). Deverá ser evidenciado que o corpo docente tenha atividades de pesquisa vinculadas aos projetos de pesquisa do curso.

Os critérios de credenciamento e re-credenciamento dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva e devem constar do regimento ou de resolução do curso.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do programa e à(s) área(s) de concentração. Deve-se ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não atividade docente).

A proposta deverá demonstrar que o corpo docente apresenta capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa para garantir o funcionamento das atividades de pesquisa dos pós-graduandos.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual apresentada deverá guardar estreita relação com as linhas e os projetos de pesquisa do curso proposto dentro de cada área de concentração, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para o nota 4, conforme critérios de avaliação da área.

Critérios de avaliação da área: Considerando o triênio anterior ao ano da apresentação da proposta, todos os docentes permanentes deverão apresentar produção bibliográfica que será calculada em artigos equivalente A1/ano e, através de artigos publicados em periódicos 'Qualis' A1, A2 e B1 ou em periódicos com fator de impacto correspondente a estes estratos por DP/ano. Alternativamente a avaliação poderá ser realizada utilizando a média de publicações da área ou de subáreas. O equivalente A1 será calculado da seguinte forma: A1 tem peso 1,0; A2 0,85; B1 0,70; B2 0,55; B3 0,40; B4 0,25 e B5 0,10.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar infraestrutura administrativa, acadêmica, recursos de informática e laboratórios habilitados para o adequado funcionamento e desenvolvimento

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de atividades de formação e pesquisa.

Os docentes e alunos deverão ter acesso *'online'* a bases de indexação e periódicos, assim como a biblioteca da instituição deverá possuir, em seu acervo, os principais títulos da área.

6. Outras

Na proposta de curso novo deve constar a aprovação da criação do curso em todas as instâncias, seguindo os trâmites legais da Instituição.

Deve ser destacado se os docentes permanentes apresentam participação em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.) e privados, bem como se estes apresentam participação como: editores de periódicos, consultores *ad hoc* de periódicos internacionais, organizadores ou debatedores de eventos internacionais e nacionais, representantes de sociedades científicas e representantes de entidades de classe.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. Proposta do Curso

A proposta deve apresentar de forma clara os objetivo(s) e as justificativas(s) para a implantação do novo curso de pós-graduação. As propostas deverão ser inovadoras, relevantes do ponto de vista científico e tecnológico, contribuindo para o crescimento da área. Quando oriundas de regiões carentes de programas de pós-graduação, deverão apresentar inserção regional, demonstrando o benefício da criação do programa para o desenvolvimento regional. O perfil do profissional a ser formado deverá ser bem especificado, caracterizando as suas habilidades e competências.

A proposta deve ser bem estruturada e evidenciar que o grupo proponente trabalha de forma articulada junto à instituição e em grupos de pesquisa.

O regimento do curso de pós-graduação deverá ser anexado, explicitando todas as normas que regulamentam o curso, assim como a sistemática do processo de seleção de alunos, incluindo número de vagas, periodicidade e critérios de avaliação. O tempo mínimo de titulação será de um ano.

A proposta do curso deve ser coerente com o perfil do profissional a ser formado. As linhas e projetos de pesquisa devem ser atuais, apresentar coerência e consistência com as áreas de concentração. Ressalta-se ser necessário haver equilíbrio no número de linhas de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pesquisa entre as áreas de concentração, bem como no número de projetos entre as linhas de pesquisa.

A estrutura curricular deve ser abrangente e possuir disciplinas com conteúdo e em número suficiente para atender às respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisas. As disciplinas deverão estar de acordo com a especialidade dos docentes e perfil do profissional a ser formado e a bibliografia deve estar atualizada.

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de formação em pós-graduação voltada para um público que enfatiza uma qualificação destinada à pesquisa aplicada, produção de tecnologias e inovação dos processos e da gestão de produção no complexo agroindustrial brasileiro. Trata-se de um treinamento orientado por demandas bem qualificadas e ênfase para a solução de problemas do setor. O MP é voltado para a aplicação de conhecimento e para objetivos profissionais representando além da qualificação técnica, um meio de transferência de conhecimento. O MP deve possuir caráter conclusivo e formar mestres para o exercício preferencial de profissões outras que não envolvem docência acadêmica, os quais devem receber formação que os capacite a fazer análise crítica do conhecimento e de sua aplicação. A função básica de um MP deve ser a de obter desenvolvimentos significativos de competências superiores de nível crítico, estratégico, criativo, analítico e interpretativo sobre questões e problemas do setor, conforme interesses e expectativas da sociedade.

Esta modalidade de pós-graduação caracteriza-se por abordagem interdisciplinar de modo a integrar conhecimento sem concentração disciplinar rígida, mas que mantém estreita relação com a academia e com o setor produtivo.

Deve ter caráter próprio e não pode sobrepor-se ao mestrado acadêmico. A proposta de criação deve expressar os objetivos detalhados e apresentar de forma clara e direta a associação entre as atividades de formação e a qualificação técnico-profissional do egresso.

Ressalta-se que é exigido a apresentação de trabalho final por parte dos discentes que demonstre domínio do objeto de estudo (sob forma de dissertação, projeto, análise de casos, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre o trabalho.

2. Corpo Docente

O corpo docente deve ser composto de doutores, profissionais e técnicos com reconhecida qualificação, atuação e experiência profissional na área proposta (conforme preconizado na

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Portaria Normativa MEC nº 17 de 29 de dezembro de 2009), de forma que se garanta a formação adequada pretendida.

O curso deverá apresentar no mínimo dez (10) docentes permanentes, número este considerado o mínimo necessário para garantir o adequado funcionamento das atividades. Setenta por cento (70%) dos docentes devem ter vínculo em tempo integral com a instituição proponente. A participação do docente permanente em programas de pós-graduação deve atender a Portaria CAPES nº 01 de 04/01/2012.

Deve ser evidenciado que parte majoritária do corpo docente possui experiência na área de foco central da proposta do MP e já venha trabalhando em projetos de pesquisa acadêmica ou tecnológica há pelo menos três anos em atividades profissionais ou de pesquisa consolidadas em temas vinculados a proposta.

Em termos de condições de trabalho, carga horária e de docentes compatíveis com as necessidades do curso, é possível admitir o regime de dedicação parcial e flexibilização de atividades.

Os docentes do curso devem ministrar disciplinas com uma estrutura curricular clara e consistentemente vinculada a sua especialidade, articulando-se o ensino e aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos.

A experiência deve ser demonstrada pela presença de produção bibliográfica e/ou técnica, resultante dessas atividades. A participação de docentes de outras instituições deve ser estimulada, mas não deve caracterizar dependência externa e nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de qualificação do corpo docente da instituição proponente.

Os critérios de credenciamento e reconhecimentos dos docentes devem ser apresentados de forma clara e objetiva e devem constar do regimento ou de resolução do curso.

3. Atividade de Pesquisa

As linhas e os projetos de pesquisa deverão estar coerentemente vinculados à proposta do curso e à(s) área(s) de concentração. Deve-se ressaltar que os projetos de pesquisa devem abranger e refletir as atividades do programa (e não a atividade de cada docente).

É fundamental que os projetos estejam distribuídos de forma equilibrada entre as linhas de atuação científico/tecnológica e entre os membros do corpo docente.

A proposta deverá demonstrar que o corpo docente apresenta capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa para garantir o funcionamento das atividades

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de pesquisa dos pós-graduandos.

4. Produção Intelectual

A produção intelectual (científica, técnica e de inovação) apresentada deverá guardar estreita relação com as linhas e os projetos de pesquisa do curso proposto dentro de cada área de concentração, assim como com o perfil de formação desejado. Os docentes permanentes devem possuir publicação científica ou técnica de qualidade e vinculada à proposta do programa. Para ser recomendada, a proposta deve atender aos critérios mínimos exigidos para o nota 3, conforme os critérios de avaliação da área considerados no triênio anterior ao ano da apresentação da proposta. Alternativamente a avaliação poderá ser realizada utilizando a média de publicações da área ou de subáreas.

Critérios de avaliação da área: Considerando o triênio anterior ao ano da apresentação da proposta, todos os docentes permanentes deverão apresentar produção bibliográfica que será calculada em artigos equivalente A1/ano e, através de artigos publicados em periódicos 'Qualis' A1, A2 e B1 ou em periódicos com fator de impacto correspondente a estes estratos por DP/ano. Alternativamente a avaliação poderá ser realizada utilizando a média de publicações da área ou de subáreas. O equivalente A1 será calculado da seguinte forma: A1 tem peso 1,0; A2 0,85; B1 0,70; B2 0,55; B3 0,40; B4 0,25 e B5 0,10.

Os indicadores da área do triênio anterior serão equacionados e acrescidos de produções técnicas, patentes, produtos, cultivares, 'softwares', entre outros objetos relacionados à produção técnica, quando pertinentes.

5. Infraestrutura de Ensino e Pesquisa

A Instituição deverá apresentar infra-estrutura administrativa, acadêmica, recursos de informática e laboratórios habilitados para o adequado funcionamento e desenvolvimento de atividades de formação e pesquisa.

Os docentes e alunos deverão ter acesso 'online' a bases de indexação e periódicos, assim como a biblioteca da instituição deverá possuir, em seu acervo, os principais títulos da área.

6. Outras

Na proposta de Curso Novo deve constar a aprovação da criação do curso em todas as instâncias, seguindo os tramites legais da Instituição.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Deve ser destacado se os docentes permanentes apresentam participação em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais etc.) e privados, bem como se estes apresentam participação como: editores de periódicos, consultores *ad hoc* de periódicos internacionais, organizadores ou debatedores de eventos internacionais e nacionais, representantes de sociedades científicas e representantes de entidades de classe.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A proposta do programa será avaliada. O corpo docente permanente, além de atender aos requisitos ligados ao seu perfil e produtividade, será avaliado com base nos seguintes quesitos: a) Percentual de docentes permanentes em relação ao número total de docentes do programa; b) Percentual de docentes permanentes em condições especiais (bolsistas PRODOC e PNPd, aposentados e conveniados) em relação ao total de docentes permanentes; c) Proporção de docentes permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na pós-graduação; d) Proporção de docentes permanentes atuando em pesquisa e desenvolvimento de projetos; e) Percentagem de docentes permanentes atuando nas atividades de ensino e orientação na graduação. O corpo discente será avaliado com base no número de teses e dissertações defendidas e sua distribuição entre os docentes permanentes bem como pela participação dos discentes nas publicações do programa e o tempo médio de titulação, como especificado a seguir: a) Número de titulados (em equivalente dissertação - uma tese corresponde a duas dissertações) por docente permanente por ano; b) Percentual de titulados no mestrado e no doutorado em relação ao total do corpo discente; c) Percentagem de docentes permanentes com 2 a 10 orientandos; d) Percentual de discentes autores na produção intelectual em relação ao total do corpo discente; e) Percentual da produção bibliográfica (artigos em periódicos) com participação de discentes autores; f) Tempo médio de titulação. O item de maior peso na avaliação do programa é a produção intelectual e a avaliação será efetuada da seguinte forma: a) Número médio de artigos publicados (artigo equivalente A1) em periódicos/DP/ano, onde o peso de um artigo publicado em periódico A1 é 1,0; em A2 é 0,85; em B1 é 0,70; em B2 é 0,55; em B3 é 0,40; em B4 é 0,25 e em B5 é 0,10; b) Número médio do programa de artigos publicados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da área/DP/ano; c) Percentual de docentes permanentes que publicaram pelo menos 0,55 artigo equivalente A1 do Qualis da área por ano. A produção técnica, patentes, cultivares e outras produções consideradas relevantes também serão levadas em conta por ocasião da avaliação. Todos os itens que compõe a “Inserção Social e Relevância” a saber: a) Inserção e impacto regional e nacional do programa; b) Integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e c) Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação também serão avaliados.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A área de Ciências Agrárias I realizou nos dias 3 e 4 de maio de 2012, o Seminário de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação e nos dias 23 e 24 de julho de 2012, o Seminário de Acompanhamento dos Cursos de Pós-Graduação "Mestrados Profissionais", ambos na sede da Capes em Brasília. A reunião teve como intuito promover a interação entre os coordenadores da área e realizar uma avaliação da situação dos Cursos/Programas nos anos anteriores. Em sua apresentação o Diretor de Avaliação destacou os seguintes temas: a) importância da reunião e de sua realização na sede da CAPES; b) estrutura das Diretorias da Capes; c) evolução da Pós-Graduação no Brasil; d) distribuição dos cursos/programas de mestrado e doutorado por região; e) situação do ensino na educação básica; f) Qualis; g) Portaria CAPES nº 01/2012; h) APCNs acadêmicos e profissionais; i) plataforma Sucupira.

O Prof. Dagoberto (coordenador adjunto da área) destacou o crescimento acentuado, nos últimos dois anos, da subárea de Engenharia Florestal, que já tem vários periódicos nacionais classificados como B1, ou seja, com fator de impacto (JCR/ISI). Outro destaque foi a utilização da classificação de periódicos de outras áreas da Capes para atender as necessidades da subárea de Sociologia, Extensão rural e Desenvolvimento regional. O coordenador da área (Prof. Moacir Pasqual) apresentou: i) a evolução da área nos últimos três triênios, que conta atualmente com 215 cursos/programas; ii) a projeção futura para seu crescimento; iii) a distribuição dos cursos/programas de mestrado e doutorado por região e por Instituição; e iv) a situação dos Cursos de Mestrado Profissional.

Na sequência da reunião, estrategicamente, os programas foram divididos nas seguintes

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

subáreas do conhecimento, nas quais foram feitas as apresentações pelos coordenadores: 1)Agricultura - programas de fitotecnia, ciências agrárias, agricultura, produção vegetal e extensão rural; 2)Genética e Melhoramento de Plantas, Fisiologia Vegetal e Biologia Vegetal; 3)Engenharias e Estatística - programas de estatística, engenharia florestal e engenharia agrícola; 4)Proteção de Plantas e Solos - programas de entomologia, fitopatologia, defesa fitossanitária, microbiologia e solos e 5)Os Mestrados Profissionais foram reunidos em um grupo específico. Em cada subárea consultores indicados previamente coordenaram os trabalhos e os principais questionamentos são listados a seguir:

Atuação do professor colaborador, visitante e aposentado; desdobramentos decorrentes do desligamento de docentes permanentes em razão de concursos realizados em outras instituições; critérios para credenciamento e descredenciamento de docentes permanentes; Portaria da Capes que recomenda um número máximo de orientados por docente permanente; número de alunos por orientador, principalmente nos casos em que o DP atua em mais de um programa e em mestrado profissional; situação da produção científica de docentes que atuam em mais de um programa de pós-graduação; participação discente na produção científica; um dos assuntos mais questionados foi a contabilização da produção científica publicada nos estratos A1+A2+B1; houve discussão específica do grupo, que convencionou-se chamar de “Extensão Rural”, onde o tema central da discussão foi a dificuldade de publicação em revistas nos estratos superiores do Qualis da área; os coordenadores dos programas de Engenharia Agrícola manifestaram preocupação que não teriam periódicos classificados como A1/A2 ou B1 na área; contabilização de artigos resultantes da colaboração entre laboratórios, para que estes possam ser utilizados por mais de um programa e participação de egressos nas publicações bibliográficas; cadastro de pós-doutorandos e professores visitantes estrangeiros no coleta Capes; infraestrutura administrativa nos programas para apoio às coordenações e as publicações dos programas nos diferentes estratos do Qualis, em especial A1, A2 e B1;

Os questionamentos do grupo de mestrados profissionais foram:•Gerenciamento financeiro nas IFEs: os coordenadores das IES federais estão impossibilitados de receber recursos financeiros pelos seus CPFs e a gestão de recursos pelo CNPJ possui restrição pelas Fundações de apoio. A viabilização de MPs seria a criação de um novo processo de gerenciamento financeiro com auxílio das FAPs;

- Metodologia de Avaliação dos MPs – a) desenvolver um sistema de avaliação que leve em consideração pesos diferenciados dos Mestrados Acadêmicos (itens a serem considerados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

com maior peso: resumos expandidos, atividades de extensão, perfil dos docentes, produtos do curso, perfil de discentes); b) avaliar produtos tecnológicos: processos, produtos, análises de casos, impacto na cadeia produtiva, inserção social; c) como a oferta de turmas não é contínua e depende de financiamento, a avaliação deve estar planejada para esta modalidade;

- Os MPs precisam estar em consonância com a Lei de Inovação como base para fornecimento de conhecimento tecnológico para o país e receber recursos (bolsas e outros) para sustentação em forma gerenciável e compatível com suas demandas.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

A área utilizará os critérios descritos abaixo para classificar os periódicos científicos, sendo que para a classificação nos estratos A1, A2 e B1, será considerado o fator de impacto (JCR/ISI), e para a classificação nos estratos B2, B3, B4 e B5, será considerado o número de bases nas quais os periódicos estão indexados.

Critérios da Área

Periódico A1 (Peso 1,00)	JCR/ISI \geq 2,500
Periódico A2 (Peso 0,85)	JCR/ISI \geq 1,500 \leq 2,499
Periódico B1 (Peso 0,70)	JCR/ISI \geq 0,001 \leq 1,499
Periódico B2 (Peso 0,55)	4 BASES INDEXADORAS
Periódico B3 (Peso 0,40)	3 BASES INDEXADORAS
Periódico B4 (Peso 0,25)	2 BASES INDEXADORAS
Periódico B5 (Peso 0,10)	1 BASES INDEXADORAS

Bases Indexadoras

CAB: Commonwealth Agricultural Bureau (CAB- UK)

BIOSIS: Biological Abstracts (BIOSIS – USA)

AGRIS: International System for the Agricultural Science and Technology (FAO- ITA)

SCIELO: Scientific Electronic Library Online

ISI: Science Citation Index, Current Contents (ISI-USA)

SCOPUS: Elsevier

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Periódicos que estão no ISI sem JCR ou no Scopus são classificados no estrato B2
Periódicos nacionais com JCR entre 0,750 e 1,499 são classificados no estrato A2

Nos seminários de acompanhamento realizados em Brasília decidiu-se que os periódicos nacionais da subárea de Engenharia Agrícola que se encontram indexados na base de dados 'Scopus' seriam classificados no estrato B1.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS, EVENTOS E PRODUTOS TÉCNICOS

A área não faz classificação de livros, eventos ou produtos técnicos; contudo no caso de mestrados profissionais, estas formas de divulgação científica serão levadas em consideração no item produção intelectual.

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	O conjunto de atividades deverá atender à(s) área(s) de concentração, suas linhas de pesquisa e projetos em andamento. A proposta curricular deverá ser adequada e coerente com as metas do Programa. A cada triênio o Programa deverá informar as modificações e diferenciais ocorridos no período.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	O Programa deverá informar nos relatórios as metas a serem atingidas tanto no avanço do conhecimento e na formação de recursos humanos quanto na inserção social, tendo em vista os desafios nacionais e internacionais da área.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Descrever a infraestrutura para ensino, pesquisa, extensão e administração, com

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		destaque para as condições laboratoriais, áreas experimentais, recursos de informática e biblioteca, que deverão estar adequadas ao desenvolvimento das atividades do programa.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	20%	<p>Todo o corpo docente deve ter título de Doutor, experiência, perfil acadêmico e produção científica/técnica adequada ao Programa.</p> <p>A formação dos docentes deve ser diversificada quanto às instituições; os indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições devem ser valorizados, bem como experiência, projeção nacional e internacional, natureza da produção intelectual, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na área. Também deve ser considerada a capacidade de atrair estágios seniores, pós-doutorais ou atividades similares, no caso de Programas com Doutorado.</p> <p>Os critérios e procedimentos para o credenciamento e descredenciamento de orientadores de Mestrado e Doutorado devem estar definidos e adequados.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	20%	<p>Verificar se o programa tem uma base sólida em seu núcleo de docentes permanentes (DP) de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa. Apontar se o programa depende em excesso de professores colaboradores ou visitantes. Os docentes colaboradores somente devem orientar discentes de pós-graduação em situações especiais e justificadas. As mudanças de categoria dos docentes ao longo do triênio devem ser justificadas. A proporção de DP em relação às atividades de orientação, docência</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>e publicação científica deverá seguir os parâmetros definidos pela área, conforme as Portarias CAPES nº 01 e nº 02 de 04/01/2012. Analisar a trajetória da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar queda da qualidade da equipe ou falta de respaldo da IES ao programa.</p> <p>É recomendável a ampliação do corpo docente permanente; porém, a alteração de docente permanente para colaborador ao longo do triênio deverá ser devidamente justificada.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	40%	<p>Verificar se há equilíbrio na participação dos docentes permanentes na docência e orientação na pós-graduação.</p> <p>Verificar a participação docente, as formas e o impacto da atuação destes em projetos de pesquisa e sua capacidade de manutenção dos mesmos, seja como bolsista produtividade (PQ) do CNPq, seja na captação de financiamentos (públicos ou privados) ou projetos especiais.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	20%	<p>Avaliar a participação dos docentes nas atividades de ensino e orientação na graduação (orientação de IC, monografia, tutoria e estágios formais). Considerar as implicações positivas dessa participação na formação de futuros ingressantes na PG e na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	<p>Avaliar a quantidade de teses e dissertações concluídas em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente, verificando se a proporção é adequada e se as teses e dissertações concluídas indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Todos os discentes devem ter orientador e todos os docentes permanentes devem estar orientando. A distribuição média discente/docente (2 a 10) deve ser equilibrada entre os docentes.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>40 %</p>	<p>As teses e dissertações devem estar vinculadas às atividades e perfil do programa e é desejável que todo o trabalho de conclusão (T e D) gere publicações. A disponibilização 'online' das teses e dissertações na página eletrônica da IES, conforme a Portaria CAPES nº 13/2006, não basta para ser considerada publicação, nos termos deste item.</p> <p>Será avaliada também a vinculação das teses e dissertações com a produção científica e tecnológica do programa e a composição e participação de membros externos nas bancas examinadoras.</p> <p>Os membros das bancas examinadoras devem possuir o título de doutor e apresentar perfil e experiência compatível com o nível. Devem ser evitadas bancas endogênicas. As bancas deverão apresentar os seguintes requisitos:</p> <p>Banca de Mestrado: participação de pelo menos um membro externo ao Programa;</p> <p>Banca de Doutorado: participação de dois membros externos, sendo que um deve ser externo à IES e o outro externo ao programa;</p> <p>Egressos do programa poderão atuar como membros de bancas sem ser considerados endógenos, desde que tenham produção científica independente e experiência acadêmica compatível com o perfil de orientador.</p> <p>Analisar a participação de discentes-autores, quanto ao número de artigos publicados e a proporção de discentes autores em relação ao total de discentes do programa. Avaliar a participação dos alunos de graduação, bolsistas de IC, estagiários e monitores em congressos e produção bibliográfica (anais e</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		periódicos). Serão considerados egressos aqueles titulados há pelo máximo três anos.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	A eficiência do tempo de formação de mestres e doutores será avaliada pelo tempo médio de formação.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	A produção intelectual será avaliada tendo por base o QUALIS da área. A área recomenda que a produção de docentes permanentes que participam em mais de um programa seja discriminada pelos coordenadores, levando-se em consideração o tipo de colaboração da qual resultou a referida produção. O lançamento de produção sem vínculo efetivo (projetos em cooperação, orientação ou sem vinculação temática) será glosado da produção do programa. As publicações qualificadas serão avaliadas pelo número de artigos publicados pelo corpo docente permanente. O número médio de artigos publicados pelo corpo docente permanente em periódicos A1, A2 e B1 do Qualis da Área será avaliado como indicador da qualidade de publicações.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	Verificar a distribuição das publicações em periódicos entre os docentes permanentes. Todo docente permanente deve ter trabalho publicado e a produção deve ser equilibrada entre os docentes, áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Verificar a existência de produções relevantes (produção técnica, processos, cultivares registradas, patentes, produtos, etc.) compatíveis com o perfil do programa e corpo docente permanente, bem como, livros e capítulos de livros de editoras reconhecidas.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	60%	5.1.1. Desenvolvimento Tecnológico Avaliar novas técnicas, produtos e processos desenvolvidos pelo programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>5.1.2. Impacto Regional Avaliar as ações de extensão do programa com efetivo envolvimento do corpo docente e discente.</p> <p>5.1.3. Impacto Educacional Avaliar a produção de materiais técnicos e didáticos, bem como atividades de formação de recursos humanos em cursos: <i>Lato Sensu</i>, aperfeiçoamento, ensino fundamental e médio.</p> <p>5.1.4. Atuação Acadêmica destacada Avaliar os prêmios recebidos pelo corpo docente e discente do programa; participações especiais do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPs, Conselhos governamentais, etc.); participação do corpo docente como: (a) editores de periódicos Qualis da Área, (b) consultores <i>ad-hoc</i> de periódicos internacionais, (c) organizadores, palestrantes, moderador, debatedores, etc. de eventos internacionais e nacionais, (d) representantes de sociedades científicas, (e) representantes de entidades de classe.</p> <p>5.1.5. Cooperação com o Setor Público e Privado Avaliar a participação dos docentes permanentes do programa em parcerias de pesquisa, desenvolvimentos e inovação.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>Participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos; participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		“Casadinho”, PROCAD, PQI, Dinter/Minter ou similares).
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	<p>5.3.1. Manutenção de página eletrônica na IES Divulgação de forma atualizada dos dados internos do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e privadas.</p> <p>5.3.2. Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações Divulgação na íntegra das teses e dissertações defendidas na página eletrônica da IES, conforme Portaria CAPES nº 13/2006.</p>

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre os Quesitos /Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo programa em consonância com os objetivos da modalidade mestrado profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar as perspectivas do programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.</p>
<p>2. Corpo Docente</p>		
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa</p>	<p>60%</p>	<p>Examinar se o corpo docente permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre mestrado profissional)</p> <p>Examinar se o corpo docente atua em P, D & I nas áreas de concentração do mestrado profissional.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Examinar a adequada proporção de docentes permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p> <p>Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais.</p> <p>Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de mestrado profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes.
3. Corpo Docente e Trabalhos de Conclusão	20%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo docente titulado e ao corpo docente do programa	30%	Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	Examinar o número total de publicações no triênio dos docentes permanentes do programa.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	Examinar o número total da produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		municipais (livros); artigos publicados em periódicos técnicos; Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor; Elaboração de protocolos, normas ou programas; Consultoria ou assessoria técnica; Produtos técnicos; Protótipos; Patentes; Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	10%	
5.1. Impacto do Programa	40%	Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil. Examinar se o mestrado profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, etc.), nos níveis local, regional ou nacional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto profissional: contribuição para a</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de mestrado profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	Examinar a divulgação atualizada e sistemática do programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.</p> <p>Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)</p>
--	--

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

A área de Ciências Agrárias I evidencia significativo crescimento da internacionalização/inserção internacional objetivando a busca de excelência de seus Programas de Pós-Graduação. A internacionalização/inserção internacional visa a diversificação de ideologias e conceitos, de forma a contribuir com a qualificação do ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a produção e difusão do conhecimento científico na comunidade internacional. Os Programas são avaliados verificando-se se apresentam qualidade equivalente a de centros internacionais de excelência, registrada pela participação relevante e de impacto, por meio dos seguintes indicadores:

- Produção científica destacada no cenário internacional (veículo de divulgação e proporção da produção internacional) - avaliação pelo fator de impacto médio das publicações;
- Colaborações internacionais (docência, consultoria, editoria, visita);
- Participações em comitês, diretorias, sociedades e programas internacionais;
- Participação em intercâmbios e convênios de cooperação caracterizados por reciprocidade;
- Cooperação e fomento com instituições internacionais (cooperação formal e financiamentos do exterior) com intercâmbio de alunos e de docentes;
- Participação discente em atividades e em publicações no exterior;
- Realização, organização e participação em eventos internacionais qualificados;
- Presença de docentes ou discentes estrangeiros no programa;
- Presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa;
- Prêmios, reconhecimento ou destaque de nível internacional;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Considerações sobre atribuição de notas 6 e 7

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 42 - CIÊNCIAS AGRÁRIAS I

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ADELAR MANTOVANI	UDESC	Consultor(a)
ADEMAR PEREIRA DE OLIVEIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ADRIANO TEODORO BRUZI	UFLA	Consultor(a)
AFONSO INACIO ORTH	UFSC	Consultor(a)
ALBERTO SOARES DE MELO	UEPB	Consultor(a)
ALDO MEROTTO JUNIOR	UFRGS	Consultor(a)
ANA LÍCIA PATRIOTA FELICIANO	UFRPE	Consultor(a)
ANTONIO CARLOS MARINGONI	UNESP	Consultor(a)
ANTONIO CARLOS TADEU VITORINO	UFGD	Consultor(a)
ARTHUR BERNARDES CECILIO FILHO	UNESP/JAB	Consultor(a)
CARLA ANDREA DELATORRE	UFRGS	Consultor(a)
CARLOS ALBERTO CERETTA	UFMS	Consultor(a)
CARMEN SILVIA VIEIRA JANEIRO NEVES	UEL	Consultor(a)
CÁSSIO ANTONIO TORMENA	UEM	Consultor(a)
CELSO OMOTO	USP/ESALQ	Consultor(a)
CLAUDEMIR ZUCARELI	UEL	Consultor(a)
CLISTENES WILLIAMS ARAUJO DO NASCIMENTO	UFRPE	Consultor(a)
DAGOBERTO MARTINS	UNESP/BOT	Coordenador(a) Adjunto(a)
DAURI JOSE TESSMANN	UEM	Consultor(a)
DENISE CUNHA FERNANDES DOS SANTOS DIAS	UFV	Consultor(a)
DILERMANDO PERECIN	UNESP/JAB	Consultor(a)
EDNA URSULINO ALVES	UFPB	Consultor(a)
EDUARDO FÁVERO CAIRES	UEPG	Consultor(a)
EDVAN ALVES CHAGAS	EMBRAPA	Consultor(a)
ENIO MARCHESAN	UFMS	Consultor(a)
FABIO LOPES OLIVARES	UENF	Consultor(a)
FABRICIO DE OLIVEIRA REIS	UEMA	Consultor(a)
FERNANDO TEIXEIRA NICOLOSO	UFMS	Consultor(a)
FLÁVIO SACCO DOS ANJOS	UFPEL	Consultor(a)
FRANCISCO BEZERRA NETO	UFERSA	Consultor(a)
FRANCISCO DE ASSIS ALVES MOURAO FILHO	USP/ESALQ	Consultor(a)
GAUS SILVESTRE DE ANDRADE LIMA	UFAL	Consultor(a)
GRACIELA INES BOLZON DE MUNIZ	UFPR	Consultor(a)
HERDJANIA VERAS DE LIMA	UFRA	Consultor(a)
HILÁRIO CUQUETTO MANTOVANI	UFV	Consultor(a)
ISAIAS OLIVIO GERALDI	USP/ESALQ	Consultor(a)
JERONIMO LUIZ ANDRIOLO	UFMS	Consultor(a)
JOEL AUGUSTO MUNIZ	UFLA	Consultor(a)
JOSE ANTONIO FRIZZONE	USP/ESALQ	Consultor(a)
JOSE CARLOS FACHINELLO	UFPEL	Consultor(a)
JOSE MAGNO QUEIROZ LUZ	UFU	Consultor(a)
JOSE MESSIAS MIRANDA	UNIFENAS	Consultor(a)
JOSE RIBAMAR GUSMAO ARAUJO	UEMA	Consultor(a)



Comissão de Área - Avaliação

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
LÁZARO JOSE CHAVES	UFG	Consultor(a)
LUIZ ANTONIO AUGUSTO GOMES	UFLA	Consultor(a)
LUIZ ANTONIO BIASI	UFPR	Consultor(a)
LUIZ ANTONIO DOS SANTOS DIAS	UFV	Consultor(a)
LUIZ CARLOS FEDERIZZI	UFRGS	Consultor(a)
MARCO AURELIO CARBONE CARNEIRO	UFG	Consultor(a)
MARCOS GERVASIO PEREIRA	UFRRJ	Consultor(a)
MARIA APARECIDA CASTELLANI	UESB	Consultor(a)
MARIA TERESA GOMES LOPES	UFAM	Consultor(a)
MARILUSA PINTO COELHO LACERDA	UNB	Consultor(a)
MAURICIO SEDREZ DOS REIS	UFSC	Consultor(a)
MOACIR PASQUAL	UFLA	Coordenador(a)
OLINTO LIPARINI PEREIRA	UFV	Consultor(a)
PATRICIA GUIMARAES SANTOS MELO	UFG	Consultor(a)
PEDRO LUIS DA COSTA AGUIAR ALVES	UNESP/JAB	Consultor(a)
RAFAEL PIO	UFLA	Consultor(a)
RAQUEL GONCALVES	UNICAMP	Consultor(a)
REGINALDO SERGIO PEREIRA	UNB	Consultor(a)
REGYNALDO ARRUDA SAMPAIO	UFMG	Consultor(a)
RINALDO LUIZ CARACIOLO FERREIRA	UFRPE	Consultor(a)
ROBERTO AVELINO CECILIO	UFES	Consultor(a)
ROBERTO CARLOS COSTA LELIS	UFRRJ	Consultor(a)
RODRIGO RODRIGUES MATIELLO	UEPG	Consultor(a)
ROSANA RODRIGUES	UENF	Consultor(a)
SARITA LEONEL	UNESP/BOT	Consultor(a)
SEBASTIAO MEDEIROS FILHO	UFC	Consultor(a)
SERGIO FLORENTINO PASCHOLATI	USP	Consultor(a)
SILVIO APARECIDO LOPES	FUNDECITRU	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
TELMA NAIR SANTANA PEREIRA	UENF	Consultor(a)